

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DA  
REPÚBLICA, DR. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS**

**JOÃO ALMEIDA**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSDB-BA, Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 452 (61-3215-5452), Brasília – DF; **ALVARO DIAS**, brasileiro, Senador da República pelo PSDB-PR, Vice-Líder do PSDB no Senado Federal, com endereço funcional no Senado Federal, Ala Senador Nilo Coelho, Gabinete 10 (61-3303-4059), Brasília-DF; **GUSTAVO FRUET**, brasileiro, Deputado Federal pelo PSDB-PR, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 821 (61-32155821), Brasília-DF; **PAULO BORNHAUSEN**, brasileiro, Deputado Federal pelo DEM-SC, com endereço funcional na Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 708 (61-3215-5708) vêm, respeitosamente, com fundamento na alínea “a” do inciso XXXIV do art. 5º e no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, vêm **INFORMAR**, solicitando a Vossa Excelência a adoção das providências cabíveis a respeito de graves fatos, investigados e divulgados na imprensa nacional, e que indicam a ocorrência dos crimes de tráfico de influência, formação de quadrilha, concussão, prevaricação, além daqueles capitulados na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n 8429/1992) e na Lei do Servidor Público (Lei nº 8.112/1990), **todos envolvendo de alguma forma o Sr. Valter Luiz Cardeal de Souza, Diretor da Eletrobrás e a ex-ministra Dilma Rousseff.**

Sobre o Sr. **Valter Luiz Cardeal de Souza**, diretor da ELETROBRÁS, a Revista Época traz a seguinte reportagem:

**Banco alemão envolve homem de confiança de Dilma - e ela própria - na história de uma fraude de 157 milhões de euros**

**Com a bênção de Cardeal**

O banco alemão KfW envolve Valter Cardeal, homem de confiança de Dilma Rousseff, na história de uma fraude de € 157 milhões

Andrei Meireles, de Porto Alegre, Marcelo Rocha e Isabel Clemente. Com Peter Moon

O engenheiro gaúcho Valter Luiz Cardeal de Souza é o diretor de Planejamento e Engenharia da estatal Eletrobras, maior empresa de energia elétrica no país. Pragmático e influente, tem fama de possuir mais poder do que o cargo sugere. Empresários do setor, executivos de grandes empresas e a elite da burocracia tratam Cardeal como o “homem da Dilma”, referência às estreitas ligações políticas, profissionais e pessoais entre ele e a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff. Cardeal entrou para o setor público em 1971, quando se tornou funcionário da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE). Cardeal e Dilma se aproximaram durante o governo de Alceu Collares (1991-1995), quando ela era secretária de Energia do Rio Grande do Sul e ele diretor da CEEE. Desde então, ele se tornou homem de confiança de Dilma no setor elétrico. Os dois pertenceram ao PDT e, em 2001, ele a acompanhou na mudança para o PT. Dois anos depois, Cardeal chegou à Eletrobras por indicação de Dilma, ministra de Minas e Energia no início do governo Lula. Em 2007, ele ocupou interinamente a presidência da estatal, uma tentativa frustrada de Dilma para manter o controle sobre a empresa, que acabou nas mãos do PMDB. Com 59 anos, alto e falante, Cardeal costuma ser poupado nos rompantes de mau humor de Dilma nas reuniões com subalternos. Em 2007, Cardeal foi denunciado pelo Ministério Público Federal por gestão fraudulenta e desvio de recursos com base nas descobertas da Operação Navalha, da Polícia Federal, que investigou irregularidades em obras públicas. Sob a proteção de Dilma, manteve-se apesar disso firme no governo federal. Foi presidente do Conselho de Administração de Furnas e da Eletronorte, outras duas estatais federais. Como diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobras, é responsável por projetos bilionários do sistema Eletrobras, como o programa de incentivo ao uso de energias alternativas, conhecido como Proinfa. Cardeal ainda acumula o cargo de presidente do Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), uma subsidiária da Eletrobras. Por causa desse segundo emprego, o nome de Cardeal aparece em um dos maiores escândalos da área de energia no governo Lula.

ÉPOCA teve acesso a uma ação de indenização por danos materiais e morais apresentada contra a CGTEE em agosto deste ano na 10ª Vara Cível de Porto Alegre pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) – um banco de fomento controlado pelo governo da Alemanha, uma espécie de BNDES germânico que foi criado na época da reconstrução do país depois da Segunda Guerra Mundial. Nessa ação, o KfW afirma ter evidências de que Cardeal teria conhecimento, desde o início, da emissão de garantias ilegais e fraudulentas, para que duas empresas privadas brasileiras obtivessem um empréstimo internacional no valor de € 157 milhões destinados à construção de sete usinas de biomassa de geração de energia no Rio Grande do Sul e no Paraná. Para o banco que empresta o dinheiro, essas garantias forneceriam um atestado de que, se o devedor não pagasse, alguém – no caso a CGTEE – funcionaria como fiador e arcaria com essa responsabilidade. Só que essas garantias, dadas em nome da CGTEE, violavam a

Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo que proíbe empresas do governo de dar aval internacional a empresas privadas. Esse artigo determina que elas não podem funcionar como fiadoras nesse tipo de empréstimo. Ele foi incluído na lei para evitar o descontrole no endividamento das empresas estatais em moeda estrangeira e para impedir que o patrimônio do Estado seja colocado em risco. Todo gestor público experiente deve saber dessa proibição. Cardeal foi denunciado em 2007 pelo Ministério Público por desvio de recursos da Eletrobrás. Na ação judicial, o banco alemão faz uma afirmação ainda mais comprometedoras. De acordo com o KfW, a então ministra, Dilma Rousseff, tomou conhecimento do negócio em 30 de janeiro de 2006, durante um seminário, em Frankfurt, sobre investimentos em infraestrutura e logística no Brasil. “Até mesmo alguns políticos conheciam os fatos, como a então ministra, Dilma Rousseff”, afirma a ação. Ao processo, os advogados do KfW anexaram documentos do seminário. Dilma, na época ministra da Casa Civil, foi inscrita como chefe da equipe da Presidência do Brasil (*leia abaixo a reprodução do programa do seminário*). As garantias da operação, de acordo com o banco, foram discutidas num dos fóruns do seminário de que ela participou. Na apresentação do negócio a Dilma, o KfW diz ter informado que a operação ainda tinha o desafio de obter as garantias. Em seguida, apresentou uma saída: “Solução: emissão de garantia de pagamento por uma subsidiária, com patrimônio suficiente, da empresa governamental de energia Eletrobras”. Segundo o KfW, a subsidiária da Eletrobras já teria sido aceita pela agência oficial alemã de crédito de exportação. Dois dias depois do seminário com a presença de Dilma, o KfW, de acordo com a sindicância da CGTEE, registrou a obtenção das garantias aos financiamentos. Em nota enviada a ÉPOCA, o banco alemão afirma que recebeu garantias da CGTEE em março e agosto de 2005 para empréstimos para a empresa Winimport construir as usinas de biomassa. A assessoria de Dilma confirmou que ela participou do seminário em Frankfurt, mas negou que tenha visto a apresentação sobre o negócio. Em nota enviada a ÉPOCA, a assessoria de Dilma afirma: “Tratou-se de um evento, como muitos feitos habitualmente pelo governo Lula em vários países, para exposição dos cenários econômico e social do Brasil a empresários e dirigentes alemães. A ex-ministra falou no painel ‘Aspectos Jurídico-Regulatórios e Programas Governamentais para Infraestrutura e PPPs’. Não houve painel sobre ‘financiamento de projetos de usinas de biomassas’. Na parte da tarde, (ela) se reuniu com representantes de empresas alemãs do setor naval e siderúrgico. À noite, embarcou para o Brasil”.

Em usinas de biomassa, podem ser usados resíduos de cana, madeira, vegetais e até lixo que, jogados em imensas caldeiras, viram matéria-prima para a geração de energia. Das sete usinas previstas – três da Winimport e quatro da Hamburgo –, cinco nunca saíram do papel. As outras duas constam dos registros da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o órgão regulador do mercado, como de propriedade da Winimport. Uma, no município paranaense de Ignácio Martins, ainda estaria em obras. A outra, em Imbituva, no Paraná, já estaria gerando energia. Visitas da reportagem de ÉPOCA às duas unidades, no entanto, revelaram situações diferentes. O projeto de Ignácio Martins está inconcluso. O mato tomou conta do canteiro de obras. A Aneel já multou a Winimport por atraso no cronograma dessa usina, cuja autorização data de novembro de 2004. A usina de Imbituva, um município de 28 mil habitantes, tem aparência de abandono, com apenas uma guarita de vigilância. A obra foi aprovada pela Eletrobras dentro do Proinfa, o programa destinado a incentivar o uso de energia alternativa no país. O dinheiro que fora emprestado para a construção das usinas teve outro destino. O KfW descobriu a fraude em 2007, quando a Winimport deixou de quitar parte do financiamento. Na ocasião, o banco alemão procurou a CGTEE para cobrar as garantias, nos termos previstos na documentação dos empréstimos. Foi informado de que a estatal não tinha conhecimento desse aval. Isso motivou uma sindicância pela CGTEE e o fato foi comunicado à Polícia Federal. Naquele ano, uma investigação da PF, denominada Operação Curto-Circuito, constatou a fraude nas

garantias, o sumiço do dinheiro e o envolvimento de nove pessoas. Elas foram presas depois de investigações em que a PF, com autorização judicial, obteve acesso a sigilos bancário, fiscal e telefônico e realizou buscas e apreensões. Em 2007, a PF enviou o relatório final da apuração à Justiça Federal no Rio Grande do Sul. Atualmente, todos respondem a processo, acusados dos crimes de formação de quadrilha para a prática de delitos contra a administração pública, corrupção passiva e ativa e estelionato.

Quatro dos acusados são ou foram militantes do PT gaúcho e desempenharam funções relevantes nos governos do partido. Um deles é o principal acusado do golpe, o engenheiro eletricista Carlos Marcelo Cecin, ex-diretor técnico e de meio ambiente da CGTEE. Os outros três ligados ao PT são: Joceles da Silva Moreira, ex-assessor jurídico da CGTEE; Alan Barbosa, diretor-presidente da Hamburgo e um dos representantes da Winimport nas negociações; e o engenheiro Iorque Barbosa, ex-presidente da Cooperativa Riograndense de Eletricitários. Outro dos acusados é o representante no Brasil da empresa alemã CCC Machinery, Erwin Alejandro Jaeger Kar, apontado como mentor do golpe. A CCC Machinery intermediou os financiamentos contraídos na Alemanha pela Winimport e pela Hamburgo porque tinha interesse na venda das turbinas que equipariam as usinas no Paraná e no Rio Grande do Sul. Entre os acusados no processo não consta o nome de Valter Cardeal.

Mas ÉPOCA teve acesso a novas evidências de seu envolvimento no caso. Entre os documentos, aparecem fotos de Cardeal durante visita à CCC Machinery na Alemanha. Uma das imagens mostra um quadro de aviso com os nomes de Cardeal, Cecin e Jaeger. Depoimentos colhidos no processo criminal também apresentam indícios de que Cardeal, como presidente do conselho de administração da CGTEE, tinha conhecimento dos detalhes dos financiamentos, inclusive das garantias que teriam sido fornecidas pela estatal. Por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgão do Ministério da Justiça, foi solicitado às autoridades alemãs que colhessem depoimentos de testemunhas locais. ÉPOCA também teve acesso aos interrogatórios prestados pelos executivos da CCC Machinery Wolfgang Willing e Detlev Wahl.

Willing e Wahl afirmaram que Cecin, na época diretor técnico da CGTEE, visitou a CCC Machinery na Alemanha em 9 de outubro de 2005. Disseram também que, em 2 de novembro daquele ano, Cecin retornou à empresa na companhia de Cardeal. Na ação que tramita na Justiça do Rio Grande do Sul, o KfW afirma também que “há evidências que serão apresentadas oportunamente sugerindo que o senhor Cardeal estava ciente da emissão das garantias Winimport desde o início”.

Outras informações em poder da Justiça brasileira reforçam a hipótese de que Cardeal tinha conhecimento das garantias aos empréstimos. Em depoimento à Justiça, Cecin afirmou que os membros da diretoria e do conselho de administração da CGTEE sabiam das negociações para a construção das usinas. “Todo mundo começou a dizer que não sabia, que não ouviu. Eu fiquei simplesmente horrorizado com isso. Porque era um assunto de conhecimento de todo mundo”, disse Cecin em seu depoimento. ÉPOCA procurou Cecin. Por intermédio de seu advogado, Lúcio Constantino, ele afirmou que a ação judicial proposta pelo KfW confirma o que ele disse à Justiça.

Em seu depoimento, Cecin disse ainda que, na viagem que fez com Cardeal à Alemanha, eles jantaram com Axel Schroeder, dono do grupo MPC, o controlador da CCC Machinery. Afirmou que Schroeder fala português, pois foi dono de fábricas de navios no Brasil, nos anos 1960. Segundo Cecin, Cardeal se entusiasmou na conversa sobre investimentos em biomassa no Brasil. Em seu depoimento, Alan Barbosa também deu indícios do envolvimento de Cardeal. Ele disse que acompanhou Luciano Prozillo, diretor financeiro da Winimport, em reunião do conselho de administração da CGTEE, presidida por Cardeal, para tratar de projetos de interesse da empresa. Apesar de todas as informações sobre

a participação de Cardeal, a sindicância conduzida pela CGTEE concluiu que as “garantias” foram tratadas pela Winimport e pela Hamburgo exclusivamente por Cecin.

ÉPOCA também procurou Cardeal. Ele disse que só tomou conhecimento das garantias em maio de 2007, quando o KfW cobrou da CGTEE o pagamento de prestações atrasadas devidas pela Winimport. Cardeal confirmou que esteve na sede da CCC Machinery, em Hamburgo, mas afirma que não tratou de empréstimos concedidos pela KfW a empresas brasileiras.

ÉPOCA pediu ao KfW que apresentasse as evidências que teria contra Cardeal. A reportagem indagou também se o banco tratou das garantias para empréstimo para as usinas de biomassa com Dilma e outras autoridades brasileiras. O KfW informou que não poderia responder às questões porque o assunto está em litígio na Justiça e também por causa das regras de confidencialidade e sigilo do sistema bancário alemão.

A participação de Cecin e de outros petistas nessa gigantesca fraude internacional chama a atenção para um grupo que gravita em torno de Dilma desde os tempos em que a atual candidata do PT à Presidência militava na política gaúcha. Na gestão do governador Olívio Dutra, Cecin trabalhou na equipe montada pela secretária estadual de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para comandar a Companhia Estadual de Energia Elétrica. A diretoria da estatal contava também com as participações de Cardeal e Márcio Zimmermann, atual ministro de Minas e Energia.

Em 2002, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a saída do PT do governo do Rio Grande do Sul, Dilma, Cardeal, Zimmermann e Cecin foram para o governo federal. Na diretoria técnica e de meio ambiente da CGTEE, Cecin se transformou no nome mais forte no comando da subsidiária da Eletrobras. Seu prestígio aumentou quando ele ajudou a elaborar o projeto Luz para Todos, principal programa de Dilma no Ministério de Minas e Energia. O Luz para Todos foi depois coordenado por Cecin durante a implantação no Rio Grande do Sul. Nas negociações para a CGTEE dar aval ao financiamento das usinas de biomassa, Cecin foi auxiliado pelo então consultor jurídico da CGTEE, Joiceles Moreira. No governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2002, Joiceles ocupou uma das vice-presidências do Banrisul, o banco público gaúcho. Ele foi o autor do parecer jurídico que respaldava as assinaturas de Cecin nas garantias.

As duas empresas financiadas pelo banco alemão – Winimport e Hamburgo – eram representadas nas negociações com a CGTEE por Alan Barbosa, técnico do setor elétrico que participou de lutas sindicais e militou no Campo Majoritário, antigo nome da corrente do PT liderada pelo ex-ministro José Dirceu. Barbosa é diretor-presidente da Hamburgo, empresa criada exclusivamente para assinar os contratos e receber o financiamento no valor de € 109,9 milhões. Ao envolver Cardeal num escândalo internacional, o KfW atinge um dos nomes considerados certos num eventual governo Dilma. Essa poderá ser considerada a segunda grande baixa do time de confiança de Dilma. A outra foi a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra, abatida por um escândalo de tráfico de influência e nepotismo no Palácio do Planalto.

O Jornal Folha de São Paulo de 18/10/2010 apresenta a seguinte denúncia:

**Denúncia pediu afastamento de diretor de estatal**  
**DE SÃO PAULO**

Em denúncia apresentada à Justiça em maio de 2008, a Procuradoria da República recomendou que o diretor de Engenharia e Planejamento da Eletrobras, Valter Cardeal, fosse afastado de cargos públicos.

A informação consta da denúncia da Operação Navalha da Polícia Federal, que investigou negócios da construtora Gautama, do empresário Zuleido Veras, entre eles obras do programa Luz Para Todos no Piauí.

O programa é gerenciado pela Eletrobras, estatal que Cardeal já presidiu. Segundo a procuradoria, Cardeal deveria deixar o cargo "em razão da gravidade" das denúncias.

Além do cargo na Eletrobras, Cardeal também é presidente do Conselho de Administração da Eletrosul e da CGTEE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica), duas empresas controladas pela estatal. Ontem, a **Folha** revelou que o irmão de Cardeal, Edgar Luiz, oferece a empresários projetos no setor de energia eólica no Rio Grande do Sul com pagamento de "taxa de sucesso".

Cardeal foi incluído na denúncia da Navalha por ter concordado com uma série de aditamentos nos contratos entre a Eletrobras e a empresa de distribuição de energia do Piauí que teriam beneficiado a Gautama.

O Jornal Folha de São Paulo de 17/10/2010:

#### **Irmão de diretor da Eletrobras negocia projetos de energia**

**SILVIO NAVARRO**  
DE SÃO PAULO  
**FERNANDA ODILLA**  
DE BRASÍLIA

O irmão do diretor de Engenharia e Planejamento da Eletrobras, Valter Cardeal --homem forte de Dilma Rousseff (PT) no setor elétrico--, atua como consultor de empresas interessadas em investir em energia eólica, área que terá R\$ 9,7 bilhões em investimentos do PAC 2.

Edgar Luiz Cardeal é dono da DGE Desenvolvimento e Gestão de Empreendimentos, criada em 2007 para elaborar projetos no setor. O responsável pela gestão do Proinfa, programa de incentivo ao uso de energias alternativas --como a eólica-- é o irmão do empresário.

Valter Cardeal é braço-direito de Dilma no setor elétrico há 20 anos. Quando a presidenciável do PT foi secretária de Minas e Energia do RS, ele era diretor da CEEE, empresa estadual de energia.

Ele também preside o Conselho de Administração da Eletrosul, que gerencia a política energética no Sul --onde atua a empresa do irmão. Edgar oferece a empresas projetos para erguer torres de energia eólica em fazendas cuja locação ele negocia.

Sócio de duas empresas do ramo, Ricardo Pigatto relatou à **Folha** ter contratado Edgar para investir em três parques eólicos no RS. "Estabelecemos um valor fixo com pagamentos mensais e, depois, uma taxa de sucesso se o negócio der certo." Pigatto disse que firmou três contratos com Edgar, e que os pagamentos mensais eram para custear estudos que viabilizariam o projeto.

Pelo contrato, a taxa de sucesso sobre o projeto varia de 0,2% a 10% se o governo comprar a energia ou se o negócio for vendido a terceiros.

Um dos parques eólicos, em Pinheiro Machado, está orçado em R\$ 1 bilhão. Para esse contrato, firmado com Edgar em maio do ano passado, o pagamento previsto é de R\$ 84 mil em 23 meses.

Para dar certo, o projeto precisa passar pelo crivo da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e vencer um leilão do governo federal, que passaria a ser comprador da energia produzida.

"Dos 6 parques que nós estamos medindo [capacidade de produção de energia pelo vento], 3 foram ele [Edgar] quem nos trouxe os proprietários de terras para negociar", disse Pigatto.

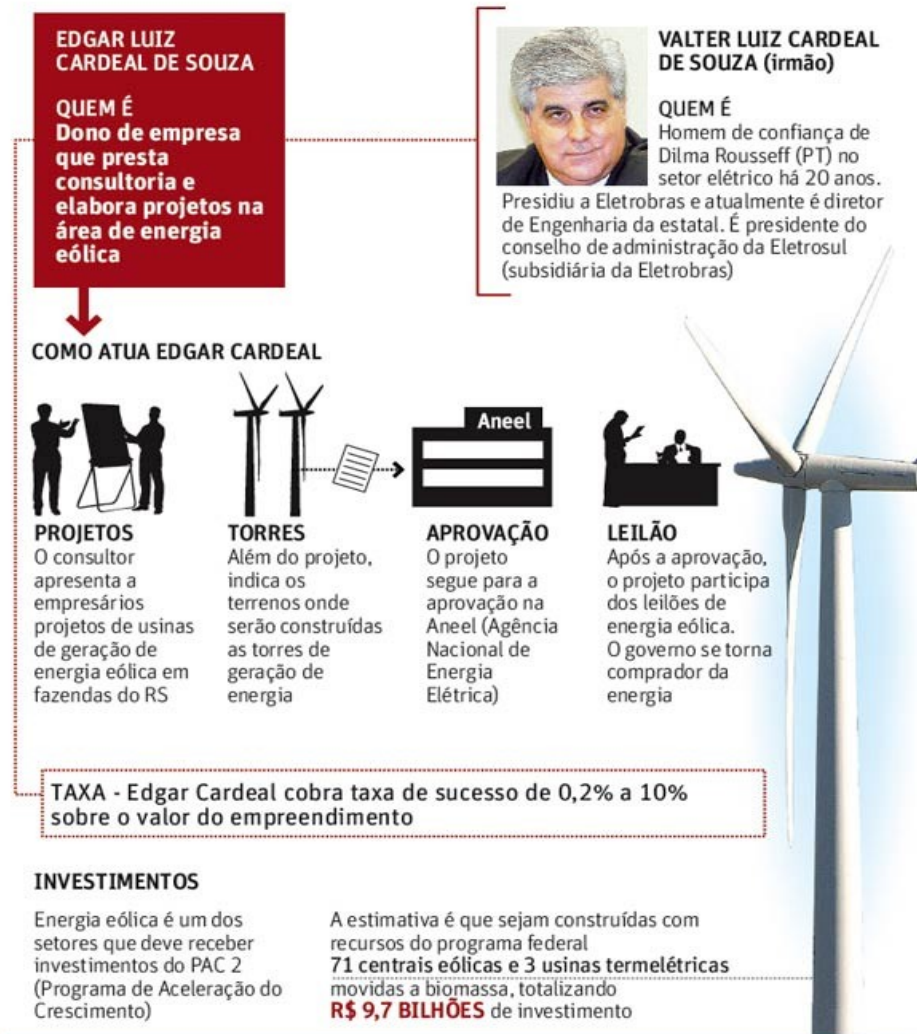
"Um dia ele apareceu na empresa perguntando se eu tinha interesse em desenvolver parques eólicos. Trouxe a oportunidade e me propiciou contato com alguns proprietários de terra com os quais fiz arrendamento e estamos desenvolvendo projetos."

#### **'ÉPOCA'**

O banco KfW, controlado pelo governo alemão, entrou com ação contra a CGTEE, empresa de geração térmica subsidiária da Eletrobras.

Segundo a revista "Época", na ação o banco acusa Valter Cardeal de ter conhecimento de fraude na construção de usinas de biomassa no Sul. A Justiça Federal abriu processo sobre o caso, mas não incluiu o diretor.

O Jornal apresenta, a seguir, um resumo da matéria:



Em O Globo de 18/10/2010:

#### **Irmão de Cardeal tentou agilizar negócio**

Prefeitura petista no RS chegou a anunciar "parceria" com a Eletrosul, cujo conselho é presidido por Valter

#### **Leila Suwwan**

SÃO PAULO. A consultoria oferecida pelo empresário Edgar Cardeal tentou tirar do papel um projeto de R\$ 1 bilhão em parques de energia eólica no Rio Grande do Sul graças a uma "parceria" com a Eletrosul, cujo Conselho de Administração é presidido por seu irmão, Valter Cardeal, atual diretor de Engenharia da Eletrobras e homem de confiança da presidenciável Dilma Rousseff (PT) no setor elétrico.

O empreendimento só poderia ser apresentado às autoridades do setor elétrico e participar dos leilões públicos de energia após a realização de estudos técnicos, que durariam dois anos. Mas a prefeitura petista do pequeno município de Pinheiro Machado (RS) — onde alguns dos parques seriam instalados — chegou a anunciar e comemorar, em abril deste ano, a "parceria" entre a empresa ECBrasil e a Eletrosul, que cederia os dados captados por uma torre instalada na região.

Edgar foi um dos mentores do empreendimento. O site da prefeitura afirma que foi o próprio Edgar Cardeal, que se apresenta no município como "sócio" da ECBrasil,



que informou às autoridades locais da parceria: “A ECBrazil deu um importante passo para a realização do parque eólico na cidade.

‘Em parceria com a Eletrosul, a empresa tem a possibilidade do uso dos dados anemômetros (de velocidade do vento) da torre instalada há cerca de dois anos’ afirma o vice-prefeito José Antônio Rosa”.

E segue: “Rosa conta que o sócio da ECBrazil, Edgar Cardeal, informou que esta parceria possibilita que a empresa participe do próximo leilão de energias ainda este ano, e não mais em 2012, como previam os membros da organização.” Edgar Cardeal, conforme revelou ontem reportagem da “Folha de S.Paulo”, foi contratado como “consultor” da ECBrazil.

Ricardo Pigatto, presidente da empresa, confirmou que Edgar foi uma espécie de mentor do empreendimento: “Ele trouxe a oportunidade e me propiciou contato com alguns proprietários de terras”.

Edgar, dono da DGE Desenvolvimento e Gestão de Empreendimentos, teria remuneração mensal pelos estudos de viabilidade do projeto e ganharia uma “taxa de sucesso” de 0,2% a 10% do total se os parques fossem vendidos a terceiro ou conseguissem vender energia leilões públicos de energia reserva, que são de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os dois irmãos sustentam que não há conflito de interesses entre o cargo de Valter Cardeal na Eletrobras e a atuação no setor privado de Edgar Cardeal. Valter Cardeal é um dos braços direitos de Dilma Rousseff no setor elétrico.

A assessoria de imprensa da Eletrobras não informou sobre a suposta parceria com a Eletrosul. No site da Eletrosul, não há menções sobre o empreendimento em Pinheiro Machado.

Energia eólica ganhará R\$ 10 bilhões do PAC2 O negócio de energia eólica está em franca expansão, alavancado pela previsão de investimentos de quase R\$ 10 bilhões do PAC2, idealizado pela candidata Dilma Rousseff. A Eletrosul já tem participação societária em três empreendimentos de geração de energia eólica no estado com uma empresa alemã do ramo de aerogeradores — o grupo venceu um leilão para exploração desse tipo de energia alternativa em dezembro do ano passado e as usinas serão implantadas até 2012.

O prefeito de Pinheiro Machado é Luiz Fernando Leivas (PT) e seu vice, José Antonio Rosa se apresenta como “facilitador” do negócio na cidade, que tem cerca de 16 mil habitantes. Segundo os informativos da prefeitura, se a ECBrazil tiver sucesso no leilão, as obras poderiam começar em 2011.

O jornal O Estado de São Paulo de 17/10/2010:

#### **Aliado de Dilma é suspeito em fraude, diz revista**

Empresa subordinada à Eletrobrás teria sido usada para concessão de garantias de empréstimo externo para empresa privada de forma fraudulenta, de acordo com reportagem da revista “Época”.

Por trás do esquema, aponta a revista, estaria Valter Luiz Cardeal Souza, presidente do Conselho de Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), ligado política e profissionalmente à candidata petista Dilma Rousseff.

O banco de fomento controlado pelo governo da Alemanha Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) estaria movendo um processo por danos materiais e morais contra a CGTEE por causa de um empréstimo internacional no valor de 157 milhões para a construção de sete usinas de biomassa de geração de energia no Rio Grande do Sul e no Paraná. A CGTEE teria dado as garantias ao banco de fomento alemão, em março de 2005, para a empresa Winimport construir as usinas.

A reportagem revela que, em 2007, quando a Winimport deixou de quitar parte do financiamento, o KfW procurou a CGTEE para cobrar as garantias e foi informado de que a estatal não tinha conhecimento desse aval. A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe empresas do governo de serem fiadoras de empréstimos internacionais a empresas privadas.

Investigação da Polícia Federal, iniciada naquele ano e denominada de Operação Curto-Circuito, teria constatado fraude nas garantias, sumiço do dinheiro e envolvimento de nove pessoas. Elas respondem a processo por formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa e estelionato. O nome de Cardeal não consta entre os acusados no processo.

De acordo com a revista, que teve acesso ao processo do KfW contra a CGTEE, o banco alemão "afirma ter evidências de que Cardeal teria conhecimento, desde o início, da emissão de garantias ilegais e fraudulentas", para que as empresas privadas brasileiras obtivessem o empréstimo. Teria afirmado ainda, na ação, que a então ministra Dilma Rousseff teria tomado conhecimento do contrato em 30 de janeiro de 2006, durante um seminário, em Frankfurt, sobre investimentos em infraestrutura e logística no Brasil.

A reportagem informa que a assessoria de Dilma confirma a participação no seminário na Alemanha, mas nega ter visto apresentação sobre o negócio. Das sete usinas que seriam construídas, três pela Winimport e quatro pela empresa Hamburgo, cinco nunca teriam saído do papel e as outras duas estariam abandonadas, segundo a Época. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já teria multado a Winimport por atraso no cronograma de uma das usinas.

Propina. Em outro foco de escândalo na Casa Civil, reportagem da revista Veja aponta o assessor da Casa Civil Vladimir Muskatirovic, advogado conhecido como Vlad, como intermediário da cobrança de R\$ 100 mil de propina para liberar documento autorizando a mudança societária da TV Cidade, afiliada da Record no Maranhão. O deputado Roberto Rocha (PSDB-MA) disse à revista que foi "extorquido" para acelerar a alteração.

Em 2007, Rocha diz ter sido recebido pela então secretária executiva da Casa Civil Erenice Guerra e pelo assessor Vlad. Ambos teriam prometido resolver o assunto que se arrastava desde 2003. Da conversa com Erenice e o advogado Vlad, o deputado diz que só resultou a cobrança da propina. "Esse assessor Vladimir cobrou para resolver."

Subordinado de Erenice no Ministério das Minas e Energia, Vladimir Muskatirovic foi para a Casa Civil quando ela foi convidada por Dilma para assumir a secretaria-executiva da pasta. Ele permaneceu no cargo mesmo depois de Erenice ter sido obrigada a sair como pivô do esquema de cobrança de propina nos contratos federais com empresas privadas. Vlad negou ter pedido ou recebido propina.

As condutas descritas pelas notícias ora encaminhadas a Vossa Excelência, apontam para um grande esquema de corrupção que precisa ser investigado e para um alto grau de lesividade tanto à moralidade quanto ao erário público, exigindo desse órgão investigatório todas as medidas cabíveis para eluciar os fatos e punir os envolvidos. Ainda, a dinâmica das narrativas deixam

claro que toda as condutas criminosas possuem, em sua gênese, estrito vínculo com a candidata à presidência, Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia e posteriormente Ministra da Casa Civil.

Ante o exposto, requerem os representantes:

- a) a instauração do competente procedimento investigatório, para apuração dos crimes descritos nesta representação;
- b) a instauração de inquérito civil público para a elucidação dos fatos e a conseqüente formalização de ação de improbidade administrativa contra os envolvidos;
- c) a adoção de todas as demais providências que Vossa Excelência considerar necessárias à defesa da ordem jurídica vigente, mormente com relação ao uso da máquina Estatal para proveito pessoal e partidários, implementados a partir das condutas descritas nesta peça.

Termos em que, pedem deferimento.

Brasília, 18 de outubro de 2010.

**DEPUTADO JOÃO ALMEIDA**

**SENADOR ALVARO DIAS**

**DEPUTADO GUSTAVO FRUET**

**DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN**